

**Intervenção proferida pelo Deputado  
Regional Alberto Pereira na Sessão  
Plenária de Março de 2006.**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores  
Deputados

Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores  
Membros do Governo

O turismo de cruzeiros tem sido elevado, no discurso oficial, a solução milagrosa para o turismo açoriano. Tal aposta irá, supostamente, materializar-se com a obra do regime baptizada de “Portas do Mar”, com que o governo pretende erigir um “monumento” à governação socialista. Não tenho qualquer reserva mental relativamente a soluções originais, desde que a novidade signifique também criatividade produtiva. Não tenho reservas mentais relativamente a grandes obras, desde que a grandiosidade seja proporcional aos resultados visados.

Mas quero compreender o sentido estratégico de uma prioridade política, ainda mais quando a mesma prima pela originalidade.

Tratando-se pois de uma aposta estratégica singular, é no mínimo estranho, que a mesma não tenha sido objecto de uma ampla informação e discussão públicas. O governo apostou na imagem, publicitando a obra e os milhões e

anunciando vantagens abstractas, mas desonerou-se de fundamentar consistentemente a aposta estratégica no turismo de cruzeiros. Com efeito, para além das muitas alusões e destaques dados ao turismo de cruzeiros no discurso oficial, em momento algum foram públicamente apresentados os pressupostos técnicos e os fundamentos e objectivos estratégicos daquela aposta, nem o tema foi debatido com um mínimo de consistência no âmbito do sector turístico regional e na sociedade açoriana em geral.

Trago pois o tema ao parlamento regional com o propósito de sinalizar tão grave omissão e contribuir para o debate possível sobre a matéria.

Não tendo reservas mentais sobre a matéria apresento-me de espírito aberto, com o único propósito de confrontar a minha sensibilidade pessoal com os argumentos de sinal contrário e confirmar ou alterar a minha avaliação pessoal.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo

Fica já dito o óbvio para que dúvidas não haja sobre a minha posição de princípio.

O turismo de cruzeiros, pelos seus impactos potenciais na economia local, não é, obviamente, de desprezar, competindo-nos promover o melhor aproveitamento possível dos fluxos turísticos que gera. Trata-se, em regra,

de movimentos turísticos com razoável poder aquisitivo e que podem dinamizar o comércio local e alguns circuitos terrestres. Pode ainda constituir-se em veículo promocional junto de faixas de mercado potencialmente interessantes. Neste sentido, a intervenção do governo regional neste segmento é respeitável e justifica-se, em coerência, uma actuação promocional planificada que consiste essencialmente, nesta fase, na participação em feiras temáticas e eventos internacionais especializados.

Todavia, uma coisa é preconizar o melhor aproveitamento de uma realidade económica preexistente; outra, bem diferente, é, como faz o governo, atribuir-lhe carácter prioritário no âmbito da política de turismo, o que, se for levado a sério, é um acto de gestão política do maior significado, traduzindo mesmo uma opção decisiva – para o bem e para o mal – quanto ao modelo de desenvolvimento turístico preconizado. Aqui reside a questão controvertida.

Sejamos rigorosos: priorizar tem um significado preciso e nem o exercício da demagogia política pode alterar esse facto. Priorizar é seleccionar, dar precedência, atribuindo ao objecto da escolha, grau de importância especial quando confrontado com outras opções.

Se assim é - e é seguramente - pode concluir-se que o governo deposita no turismo de cruzeiros transoceânicos grandes esperanças e altas expectativas, conferindo-lhe maior importância relativa, pelo menos nesta conjuntura,

do que, por exemplo, ao turismo desportivo e ao produto golfe em particular, ao turismo de congressos e incentivos, ao turismo rural ou às actividades marítimo-turísticas.

Se assim é - e é seguramente - o governo obriga-se, para ser conseqüente, a intervir decisivamente na transformação dos Açores em destino de cruzeiros, através da afectação de volumosos recursos financeiros, quer para efeitos da organização da correspondente oferta regional, quer para efeitos de uma promoção especializada que parece ter sido já iniciada. Tal facto ilustra bem, aliás, a primazia atribuída, porquanto careceria de sentido promover os Açores no mercado de cruzeiros, se o governo não tencionasse promover a organização de uma oferta regional especializada para esse efeito, através dos investimentos públicos e privados necessários.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo

Nesta matéria, não peca pois o governo por ser inconsequente. Sinalizada a prioridade - e o governo diz, com razão, que foi o primeiro a atribuir prioridade ao turismo de cruzeiros -, o investimento na construção da respectiva oferta e o incremento do investimento promocional associado, é uma decorrência lógica. O governo peca sim, na minha avaliação, na génese do

processo, ao definir uma prioridade de forma inconsistente e, com base nessa decisão “por palpite”, projectar intervenções altamente dispendiosas e de relevância e impacto reais muitíssimo discutíveis. Na verdade, a obra pode, em abstracto, ser sublime. Mas não deixará de se revelar um fracasso de proporções gigantescas se falharem os pressupostos económicos em que assenta. É de uma evidência cristalina que se estiverem erradas as premissas básicas de uma decisão política, todos os actos de execução dessa política são fatalmente errados. Temos de conceder que governar é escolher. Mas temos de ter sempre presente que para governar bem é preciso escolher bem.

Nessa perspectiva – a da atribuição de prioridade – tenho de, por um lado, manifestar as mais profundas reservas quanto às expectativas criadas e, por outro, afirmar uma discordância absoluta em direccionar, no presente, recursos volumosos para uma aposta de altíssimo risco num novo produto turístico, em prejuízo - sublinho - do desenvolvimento e consolidação da oferta turística já existente, da imperiosa necessidade de um forte incremento do investimento promocional e do investimento na formação e dignificação das profissões turísticas, que são as prioridades naturais do tempo presente.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo

Agora, as minhas razões.

O turismo de cruzeiros tem benefícios, mas também tem ónus e encargos para os destinos contemplados.

Quanto aos aspectos positivos associados, em abstracto, a este segmento turístico, considero que os mesmos podem colher-se sem investimentos significativos nesta fase, e o mesmo já o governo admitiu em momento anterior.

Mas devem também pesar-se as condicionantes negativas.

Desde logo, não obstante se trate de um segmento com crescimento exponencial nas últimas décadas, enfrenta dois desafios importantes, a saber a incidência ambiental negativa pela abundância de resíduos sólidos e líquidos que gera e pela pressão concentrada da procura em zonas ambientalmente sensíveis e, por outro lado, em razão do formato comercial dos programas de cruzeiros, os fracos benefícios económicos líquidos que gera, por comparação com os fluxos turísticos comuns. Este debate não agrada às companhias de cruzeiros, porventura, mas está a fazer-se, mesmo no Caribe, que é o maior destino mundial de cruzeiros. No caso dos Açores, deve pesar-se ainda que se

trata de um fenómeno quantitativamente pouco expressivo, que mobiliza movimentos turísticos que não utilizam alojamento, nem sequer restauração e é marcado por formatos comerciais que desincentivam o consumo no destino. Para além do mais - e esse é um dado decisivo -, os Açores não têm, seguramente, qualquer capacidade de influenciar, p.e., o traçado das rotas dos cruzeiros transoceânicos e têm uma capacidade muito limitada para intervir, com eficácia promocional, num mercado sujeito a forte competição internacional, o que limita severamente as expectativas de crescimento. Nestes termos, receio bem que os números mágicos que a propaganda governamental associa a este mercado possam induzir expectativas excessivamente cor-de-rosa e que os números “astronómicos” de turistas potenciais a bordo de paquetes ao largo dos Açores, venham a engrossar estatísticas de visitantes, mas a acrescentar pouco às receitas turísticas regionais.

Repito que não acuso o governo de ser inconsequente nesta matéria. Reconheço, sem esforço, que esse mercado turístico, para ser explorado no limite das suas potencialidades, obriga a investimentos portuários “pesados” do ponto de vista técnico e financeiro e, designadamente a uma oferta de apreciável dimensão (mas para operar sazonal ou pontualmente) na área dos transportes terrestres e apoios associados. O que se questiona, já o disse, são os fundamentos e o bem fundado dessa aposta. A primeira vez que me pronunciei sobre a matéria, pensava que os investimentos portuários

funcionariam como travão de uma aposta que considero irracional. Engano fatal: o governo acelerou a fundo, entrou em roda livre e temos agora agendada uma obra gigantesca que podendo seduzir pela dimensão, carece, em absoluto, de fundamentação técnica e política. É este, e só este, o pecado capital desta aposta.

Pareceria na verdade mais avisado efectuar previamente estudos sérios, demonstrativos de uma adequada relação custo-benefício relativamente aos investimentos portuários a executar e a necessária ponderação do respectivo custo de oportunidade, face ao muito que há a fazer no turismo regional. A não ser assim – e não está a ser assim - corre-se o risco sério de estarmos a investir às cegas num mercado que, não sendo desprezível, dificilmente gerará resultados suficientes para viabilizar os investimentos públicos e privados necessários, com o prejuízo lateral (mas de sublinhar) de se tratar de uma “prioridade” que vai consumir recursos financeiros afectáveis, com maiores índices de produtividade, ao desenvolvimento de outros produtos turísticos e à promoção em mercados alternativos.

Aí sim, devíamos concentrar atenções e recursos.

Na verdade, se factos são factos, não há margem para negar o fracasso da subsidiação da operação dos mercados nórdicos, os quais como previmos há mais de um ano, já revelam crescimentos negativos e podem mesmo, em caso de quedas abruptas, vir a induzir uma acentuada redução



das taxas de ocupação hoteleira, com graves consequências para a sustentabilidade da oferta instalada e a instalar. A propósito, se os aumentos percentuais das dormidas da ordem dos 20%, foram vendidos até à exaustão como a “prova provada” do sucesso da política de turismo, ficaria bem ao governo fazer agora “mea culpa” e assumir a responsabilidade do decréscimo de 23,7% nas dormidas de Janeiro, que é o destaque negativo do quadro de resultados dos destinos portugueses.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo

Voltando ao tema central, agora a crítica, nua e crua.

A prudência e o rigor na avaliação do investimento público, não fazem parte, definitivamente, do dicionário socialista. Por cá, o governo, de uma forma pragmática mas pouco democrática, prefere gastar primeiro e perguntar depois. Para justificar a obra do regime, baptizada, com pompa e circunstância, de “Portas do Mar”, começou, numa originalidade digna de nota, por fazer a apologia dos cruzeiros como produto turístico prioritário, prometendo a missão impossível de “Caraibanizar” os Açores. Apostando em lugares comuns que oferecem o progresso sem o demonstrar, o governo

denuncia o propósito de deixar um “monumento” à governação socialista, ao apresentar o projecto, nas suas próprias palavras, como “um sinal de progresso que vai marcar o nosso tempo e os tempos que virão”. Qual OTA açoriana, as “Portas do Mar” prometem tudo revolucionar em termos turísticos, sem nada demonstrarem verdadeiramente. Promessas convenientemente genéricas, com elevado grau de abstracção, a denunciarem a falta de estudo e de amadurecimento político do projecto. Acresce que o mega projecto “as Portas do Mar” contempla, para além do terminal de cruzeiros, a construção de uma nova marina com diversas estruturas de apoio e, para além de outras intervenções, piscinas, um pavilhão do mar, estruturas de apoio à realização de actividades recreativas e culturais.

As dúvidas, reservas e interrogações surgem em catadupa. Cumpre perguntar, por exemplo, tratando-se de investimento público, quais são os impactos previsíveis nos grandes investimentos já existentes no âmbito da oferta cultural e recreativa com os quais fatalmente vai competir, bem como sobre o sector comercial micaelense instalado. Tanto quanto se sabe, é avaliação que não se fez, devendo ter sido feita. Por outro lado, sendo certo que os impactos de um investimento se aferem pelo comportamento típico da correspondente procura e pela sua evolução previsível, conviria saber, no mínimo, que percentagem de turistas desembarca, em média, nos Açores, quantas horas permanecem, em média, em terra, qual é o seu consumo médio e que produtos adquirem

preferencialmente. Tanto quanto se sabe, é avaliação que não se fez, devendo ter sido feita. Pergunta sacramental, tendo inclusive em conta que há destinos de cruzeiros sem cais de cruzeiros, qual é o aumento percentual previsível de saídas de passageiros resultantes da existência de cais de cruzeiros? Qual é o volume de atracagens necessário para justificar o investimento e qual é o período de recuperação previsível do mesmo? Quais são as implicações ao nível da oferta de autocarros de turismo e que viabilidade terá uma operação altamente sazonal ou mesmo pontual, com elevado investimento em equipamento? Quais serão as implicações ambientais decorrentes da pressão da procura sobre zonas sensíveis? Tanto quanto se sabe, é avaliação que não se fez, devendo ter sido feita.

Perguntas pertinentes, creio bem, que devem ser respondidas, sem subterfúgios nesta ocasião.

Porque sente a consciência pesada, o governo remata ainda, piscando o olho às outras ilhas, que o investimento irá beneficiar os Açores no seu conjunto, porque com ele se cria “uma nova porta de entrada na Região”. Francamente: não bastava fantasiar a afirmação dos Açores como destino de cruzeiros, ainda enveredou pela demagogia política, avançando com expectativas de fluxos turísticos virtuais para outras ilhas. Percebendo o ilogismo da afirmação, emendou a mão e, *just in case*, avançou com a possibilidade de tais ilhas beneficiarem de cruzeiros médios, pequenos e pequeninos. De uma penada ficou

tudo resolvido com a bizarra criação de destinos de cruzeiros seniores, juniores e juvenis dentro dos Açores. Por mim, quero dizer que essa não é a questão central. A questão central é que essa aposta, com esta formulação, é errada para S. Miguel, como para as outras ilhas.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo

A conclusão e a moral da história. A tese de mestrado de um alto quadro da SRE sobre a “avaliação do potencial turístico do destino Açores no mercado de cruzeiros”, é, aparentemente, o único trabalho sobre a matéria, não sabemos se concluído, mas ainda não divulgado. Certo é que é posterior à afirmação da aposta estratégica no turismo de cruzeiros e à decisão de projectar as “Portas do Mar.

Ou seja, encomendam-se estudos não para sustentar o bem fundado das decisões políticas, mas para as validar depois de tomadas, sendo os resultados conhecidos por antecipação. O imprevisto nas decisões políticas e a demagogia na comunicação política, são, definitivamente, a imagem de marca deste governo.

A terminar, quero sublinhar que se o acesso à informação é um direito político e de cidadania, a prestação

espontânea dessa informação, de forma atempada e para efeitos de sustentar as decisões políticas, é também um dever do governo regional, imanente á natureza da nossa democracia. Na ausência de informação relevante em contrário, sinto-me pois autorizado a concluir que um dos maiores investimentos públicos da região, carece em absoluto de estudos sérios que demonstrem uma adequada relação custo-benefício relativamente aos investimentos portuários a executar e uma adequada ponderação do respectivo custo de oportunidade, face ao muito que há a fazer no turismo regional.

o governo está a investir às cegas num mercado que dificilmente gerará resultados suficientes para viabilizar os investimentos públicos e privados que lhe estão associados. Não é, por isso, uma aposta responsável na economia da Região. É um projecto megalómano e irrealista que, por dramático que pareça - e é - se fundamenta no palpite de uns quantos e visa alimentar o ego de outros tantos. Ilustra bem afinal o modelo da governação socialista, baseado no improviso e sempre numa lógica de curto prazo, como convém a quem não usa o poder para desenvolver, mas desenvolve o poder para o manter.